

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including "24 h", "107", "Jm", "P", "7", "te", and "1/a".

1. – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILISTICO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

Designação: Instituto Superior Técnico

NIF: 501 507 930

Endereço: Avenida Rovisco Pais, 1096-049, Lisboa

Classificação Orgânica: 091033000

Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável

O Instituto Superior Técnico (IST) foi criado em 23 de maio de 1911, por Decreto do Governo Provisório da República, no âmbito do Ministério do Fomento. Em 1930 foi criada a Universidade Técnica de Lisboa e nela se integrou o IST. Os estatutos do IST foram publicados no Diário da República, II Série, nº 120 de 25 de maio de 1990. Em 25 de setembro de 2013 houve alteração dos Estatutos do IST, publicados no Diário da República, II Série, nº 185.

Em 2012, a Universidade Técnica de Lisboa foi incorporada na Universidade de Lisboa (ULisboa). A ULisboa resulta da fusão das preexistentes Universidade de Lisboa, constituída no ano de 1911 e a Universidade Técnica de Lisboa, constituída em 1930. A fusão foi formalmente realizada com a publicação do Decreto-Lei n.º 266-E/2012, de 31 de dezembro.

Assim, o Instituto Superior Técnico é uma pessoa coletiva de direito público, atualmente, integrada na ULisboa e dotada de autonomia estatutária, científica, cultural, pedagógica, administrativa, financeira e patrimonial.

Adicionalmente, o Decreto-Lei n.º 29/2012, de 9 de fevereiro, procedeu à integração do Instituto Tecnológico e Nuclear, assegurando a transferência da sua missão, das suas atribuições e competências, assim como a integração do seu pessoal e património, no Instituto Superior Técnico. Esta integração foi efetivada a 1 de maio de 2012.

No desenvolvimento de toda a sua atividade, o Instituto Superior Técnico rege-se pelas leis que regulam o Ensino Superior em Portugal, adotando igualmente as diretrizes internacionais aplicáveis, nomeadamente as decorrentes do Processo de Bolonha.

1.2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A) REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

Em 2023 as demonstrações financeiras do Instituto Superior Técnico foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicadas subsidiariamente, de acordo com o artigo 13.º, pela ordem seguinte, as Normas Internacionais de Contabilidade Pública em vigor, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board*. Foram ainda aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública relevantes para a entidade.

De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras em análise

B) COMPARABILIDADE

Em 2023, os valores das demonstrações financeiras são inteiramente comparáveis com os de 2022.

Houve necessidade de reexpressar as contas de 2023, com o objetivo de o balanço proporcionar informação mais fiável sobre acontecimentos ou condições na sua posição financeira, o IST alterou a política contabilística adotada em anos anteriores, passando a registar no ativo os valores a receber das entidades financiadoras referentes a despesa já executada. Os valores a receber das entidades financiadoras referentes a montantes contratualizados, mas ainda não executados, configuram a natureza de ativos contingentes, passando a ser efetuada apenas a sua divulgação em nota própria do anexo. Adicionalmente, são registados na rubrica de Outras contas a pagar os montantes adiantados pelas entidades financiadoras e que ainda não foram executados.

Rúbricas	Períodos		
	31/12/2022 (reexpresso)	Ajustamento	31/12/2022
Ativo corrente			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	5 934 503,88	-54 772 258,75	60 706 762,63
	34 147 899,67	-54 772 258,75	88 920 158,42
Total Ativo	151 281 847,31	-54 772 258,75	206 054 106,06
Passivo corrente			
Outras contas a pagar	20 711 709,20	10 126 430,65	10 585 278,55
Diferimentos	7 000 377,51	-64 898 689,40	71 899 066,91
	29 316 736,69	-54 772 258,75	84 088 995,44
Total Passivo	31 131 856,46	-54 772 258,75	85 904 115,21
Total Património Líquido e Passivo	151 281 847,31	-54 772 258,75	206 054 106,06

E) VALORES DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários decompõe-se como se segue:

Designação	31.12.2023	31.12.2022
Numerário		
MFL-Caixa-Caixa Tesouraria IST	6 330,61	6 330,61
MFL-Caixa-Caixa Tesouraria IST 2	76 336,82	66 968,25
MFL-Caixa-Caixa PM_Alameda IST POS	35,00	(11,51)
MFL-Caixa-Caixa LTI_Civil IST POS	789,96	(535,00)
MFL-Caixa-Caixa LTI_Química IST POS	-	16,35
MFL-Caixa-CTN IST POS	(413,37)	(9 074,87)
MFL-Caixa FM-Fundo Maneio	6 174,91	15 007,90
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
MFL-Dep. Ordem TESOURO-OE CONTA 1291	3 786 350,00	2 138 315,29
MFL-Dep. Ordem TESOURO-IP C/ 4959	59 312,02	59 312,02
MFL-Dep. CGD - IST DIRECCAO - C/0373000003030	298 684,74	606 781,11
MFL-Dep. CGD - IST SEC POS GRAD Nº 0373009142730	27 331,35	22 149,39
MFL-Dep. CGD- IST PRESS EDITORA Nº0373009149430	106 422,51	95 470,71
MFL-Dep. CGD - CONGRESSOS - C/373000020030	897 951,68	397 085,73
MFL-Dep. CGD IST/PROJ - CIENCIA 2007- CTA 10705630	127 617,61	127 637,61
MFL-Dep. CGD IST CAUCOES CTA 1042301630	158 703,35	51 981,61
MFL-Dep. CGD - TAGUSPARK 0373009252030	529 503,89	597 234,35
MFL-Dep. CGD -ITN - 0703014243330	215 193,57	215 173,57
MFL-Dep. CGD - ITN - 0703010564330	21 728,65	21 728,65
MFL-Dep. CGD - SAID - C/373000035930	271 835,54	253 797,74
MFL-Dep. CGD - FCT - COMPLEXO - C/37301027203094	24 633,32	24 653,32
MFL-Dep. CGD - LAB ANALISES - C/373000316130	497 817,18	134 844,35
MFL-Dep. CGD - ISR - C/373003232330	1 983,56	2 003,56
MFL-Dep. CGD - ICIST-C/05166230	99 172,89	151 792,89
MFL-Dep. CGD - DEEC-C/37300014630	14 594,62	14 746,06
MFL-Dep. CGD - DEP ENG CIVIL IST - C/373000015430	173 549,89	129 952,29
MFL-Dep. CGD - CESUR - C/373000029430	61 397,62	61 097,82
MFL-Dep. CGD-CEHIDRO-C/0373010230530	181 210,30	93 655,62
MFL-Dep. BCP - IST/FUNDOS - Nº11656297	197 231,40	10 619,14
MFL-Dep. BCP - IST/ACESSO - Nº7920342	223 947,14	125 088,24
MFL-Dep. BPI - IST/RECEITAS PROPRIAS Nº2159574	740 115,82	1 064 619,15
MFL-Dep. BPI - IST/PROJECTOS Nº 21595710001	9 992,47	461 193,03
MFL-Dep. BPI IST/MIT/CMU 9-3821808001001	78 058,90	78 058,90
MFL-Dep. BPI - IST/IN+ C/2250072/000/001	24 271,21	24 271,21
MFL-Dep. IST/ITN FUNCIONAMENTO 0-4811952.000.001	710 010,32	959 565,35
MFL-Dep. IST/ITN - PROJECTOS 1-4811957.000.001	1 310 397,53	1 383 218,19
MFL-Dep. BPI-IST/EURATOM 2000-C/2212172000001	56 397,96	56 397,96
MFL-Dep. BPI-IST/CFN 2000-C/2212357000001	245 118,39	350 127,54
MFL-Dep. BPI-IST/CFN 2001 - C/471330001	42 943,30	43 066,30
MFL-Dep. Ordem SANTANDER GRAD 44000867020	2 232 956,92	1 963 004,29
MFL-Dep. SANTANDER PGRAD 44001808020	535 022,41	440 828,64
MFL-Dep. SANTANDER IST/CD Nº 317417569020	8 488 777,44	5 042 209,77
MFL-Dep. PAYPAL	1,50	1,50
	<u>22 539 490,93</u>	<u>17 280 384,63</u>

2. – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1 BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto Superior Técnico, de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

DERROGAÇÕES DE DISPOSIÇÕES DO SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

APRESENTAÇÃO APROPRIADA E CONFORMIDADE COM AS NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCPs.

INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

COMPENSAÇÃO

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

CONTINUIDADE

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Instituto Superior Técnico continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.2 OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são contabilizados de acordo com a NCP 3 – Ativos Intangíveis e encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Esta rubrica compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador, marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo intangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor de alguns destes ativos, nomeadamente legados constituídos por espólios pessoais de figuras relevantes da história e cultura, aqueles não se encontram reconhecidos.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso e se encontra nas condições necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta.

As licenças de software e programas de computador têm uma vida útil estimada entre 1 a 3 anos. Na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas úteis dos ativos intangíveis adquiridos até 31/12/2017.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo registadas como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

b) Acordos de concessão de serviços: Concedente

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando o IST controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo. A norma aplicável a estes ativos é a NCP – 4 Acordos de Concessão de Serviços: Concedente.

Não obstante, os ativos em concessão são contabilizados de acordo com a NCP 5 - Ativos fixos tangíveis, pelo que os mesmos se encontram reconhecidos no Ativo fixo tangível, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

c) Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis são contabilizados de acordo com a NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis. Estes ativos são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades. O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se: (a) for provável que fluirão para o IST benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e (b) o custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor de alguns destes ativos, nomeadamente ativos significativos do património histórico e cultural, adquiridos ao longo de muitos anos através de doações e legados, alguns deles não se encontram reconhecidos. Estes ativos raramente são detidos pela sua capacidade de gerar influxos de caixa e é frequente existirem obstáculos legais para os usar para tais finalidades.

A quantia amortizável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta para a generalidade dos ativos, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 80
Equipamento básico	4 a 8
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos. Regra geral, é utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta), aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

Porém, para os ativos fixos tangíveis especificamente afetos a atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D), com a introdução do SNC-AP, isto é, para os bens adquiridos após 31.12.2017, passou a utilizar-se o método das quotas degressivas (ou do saldo decrescente), que resulta num gasto decrescente durante a vida útil do ativo.

Tendo em conta que a I&D, para ser competitiva e inovadora, tem de ser apoiada sistematicamente por equipamentos de topo e vanguarda, sujeitos a uma obsolescência tecnológica acentuada, a utilidade retirada deste tipo de ativos é, em regra, superior nos primeiros anos da sua vida útil e menor nos últimos anos, em que os efeitos da obsolescência são mais acentuados. Esta opção para este tipo de equipamentos científicos e técnicos permite, assim, ajustar o ritmo de depreciação ao nível de utilidade que se consegue obter ao longo da vida útil do bem.

Na transição para o SNC-AP, foram mantidas as vidas úteis dos Ativos fixos tangíveis adquiridos até 31/12/2017.

d) Investimentos financeiros

Ao abrigo da NCP 23 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, o IST aplica o método de equivalência patrimonial na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influência significativa ou controlo.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada; (b) participação em processos de decisão de políticas; (c) transações materiais entre o investidor e a participada; (d) intercâmbio de pessoal de gestão; ou (e) prestação de informação técnica essencial.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada, resultantes de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se relevados ao custo de aquisição.

e) Imparidade de ativos

De acordo com a NCP 9 – Imparidade de Ativos, as quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e outros ativos relativamente aos quais existem requisitos contabilísticos de imparidade

noutras NCPs são revistas anualmente para determinar a existência, ou não, de imparidade. Em caso de existência de tais indícios, o IST procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a existência e extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o valor de uso. O justo valor de um ativo menos custos de vender é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por imparidade é imediatamente reconhecida nos resultados. Após o reconhecimento de uma perda por imparidade num ativo intangível ou num ativo fixo tangível, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

f) Inventários

Os inventários encontram-se registados de acordo com a NCP 9 – Inventários, ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra. O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações.

Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido. O método de custeio adotado pelo IST é o Custo Médio Ponderado. As quantidades existentes no final do período de relato foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física.

g) Instrumentos financeiros

O tratamento dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 - Instrumentos Financeiros.

O IST reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) dinheiro; (b) um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) um direito contratual: (i) de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade. Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) uma obrigação contratual: (i) para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis. Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

h) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

De acordo com a NCP 15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O IST não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis e materiais. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

i) Benefícios dos empregados

O IST contabiliza os benefícios dos empregados de acordo com a NCP 19. De acordo com esta norma, as obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

j) Regime do acréscimo

O IST regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber", "Outras dívidas a pagar" ou "Diferimentos".

k) Rendimentos

O IST aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 - Rendimentos de Transações Com Contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de Transações Sem Contraprestação.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o IST benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

As vendas e as prestações de serviços são reconhecidas pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nestas circunstâncias ao regime do acréscimo.

Os impostos e taxas incluem rendimentos de propinas. O total da faturação relativa às propinas é reconhecido como dívida no momento de inscrição do estudante por contrapartida da relevação do correspondente passivo (Diferimentos). Os rendimentos são reconhecidos na proporção de 4/12 no ano da inscrição, sendo os restantes 8/12 reconhecidos no ano seguinte, em consonância com o ano letivo, relativamente ao 3º ciclo o reconhecimento é efetuado 6/12 no ano e 6/12 no ano seguinte.

A dotação do Orçamento de Estado é atribuída anualmente ao IST em conformidade com a Lei do Financiamento das Universidades, sendo o respetivo rendimento reconhecido mensalmente.

As transferências e subsídios correntes obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o IST cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica "Transferências e subsídios correntes obtidos"), na proporção, respetivamente, dos

correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica "Imputação de subsídios e transferências para investimentos") numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

l) Partes relacionadas

O IST identifica as entidades relacionadas de acordo com os critérios estabelecidos na NCP 20 – Divulgações de Partes Relacionadas, divulgando, quando aplicável, informação acerca das transações existentes.

Neste contexto, são identificadas como partes relacionadas:

- As entidades incluídas no perímetro de consolidação do IST;
- O Conselho de Gestão;
- O Fiscal Único;
- As entidades de supervisão, dado que as funções que exercem lhes confere uma influência significativa, mas não de controlo, nas decisões financeiras e operacionais do IST, nomeadamente o Ministério das Finanças e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, bem como o Tribunal de Contas, a UnILEO e a CNC.

m) Enquadramento fiscal

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 9.º do Código sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o IST goza de isenção parcial de IRC, uma vez que a referida isenção não compreende os rendimentos de capitais, tal como são definidos para efeitos de IRS.

2.3 JULGAMENTOS COM IMPACTOS NAS QUANTIAS RECONHECIDAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, o Órgão de Gestão utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 incluem:

- Testes de imparidade realizados aos ativos e registo de perdas por imparidade;
- Especialização dos projetos;
- Especialização das propinas.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações significativas a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros.

2.4 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto Superior Técnico, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras, de acordo com a NCP 17 – Acontecimentos Após a Data de Relato.

3. – ATIVOS INTANGÍVEIS

3.1 ATIVOS INTANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE E OUTROS

VIDAS ÚTEIS OU TAXAS DE AMORTIZAÇÃO

É aplicado o Classificador Complementar 2 (CC2) do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida

MÉTODO DE AMORTIZAÇÃO

O método de amortização usado nos ativos intangíveis é o das quotas contantes em regime duodecimal, sendo as vidas úteis estimadas de acordo com o CC2, exceto os bens afetos a projetos de investigação em que, o regime de depreciação aplicado é o método das quotas degressivas nos termos descritos no artigo 6º do Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

QUANTIA ESCRITURADA NO INÍCIO E NO FINAL DO PERÍODO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

Designação	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta início período	Amortizações acumuladas início período	Perdas imparidade início período	Quantia escriturada início período	Quantia bruta final período	Amortizações acumuladas final período	Perdas imparidade final período	Quantia escriturada final período
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	1 909 443,36	-1 748 226,48	0,00	161 216,88	2 238 722,86	-2 019 545,55	0,00	219 177,31
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 909 443,36	-1 748 226,48	0,00	161 216,88	2 238 722,86	-2 019 545,55	0,00	219 177,31

GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Os gastos e reversões de amortizações respeitante a ativos intangíveis encontram-se refletidos na Demonstração dos Resultados por Natureza.

RECONCILIAÇÃO DA QUANTIA ESCRITURADA NO INÍCIO E NO FIM DO PERÍODO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes variações:

Designação	Quantia escriturada inicial	Variação								Quantia escriturada final
		Adições	Transf. internas entidade	Revalorizações	Reversões perda imparidade	Perdas imparidade	Amortizações período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programas de computador e sistemas de informação	161 216,88	326 129,50	3 150,00	0,00	0,00	0,00	-271 319,07	0,00	0,00	219 177,31
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	161 216,88	326 129,50	3 150,00	0,00	0,00	0,00	-271 319,07	0,00	0,00	219 177,31

ATIVOS INTANGÍVEIS – ADIÇÕES

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes adições:

Designação	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transf. troca	Doação herança legado perdido favor est.	Doação em pagamento	Locação Financeira	Fusão cisão reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	326 129,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	326 129,50
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	326 129,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	326 129,50

Estas adições representam em grande parte aquisições de software para projetos de investigação.

ATIVOS INTANGÍVEIS – DIMINUIÇÕES

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram diminuições nos Ativos Intangíveis.

5. – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS RECONHECIDOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BASES DE MENSURAÇÃO

Os Ativos Fixos Tangíveis (AFT) adquiridos até 1 de janeiro de 2018, encontram-se registrados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceitos até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo para os restantes ativos não correntes.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2018 são registrados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de localização que a entidade espera incorrer.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparações são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

VIDAS ÚTEIS OU TAXAS DE DEPRECIAÇÃO

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, método de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

O método de depreciação usado para a generalidade dos ativos fixos tangíveis é o das quotas contantes em regime duodecimal, sendo as vidas úteis estimadas de acordo com o CC2, exceto os bens afetos a projetos de investigação em que, o regime de depreciação aplicado é o método das quotas degressivas nos termos descritos no artigo 6º do Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – QUANTIA ESCRITURADA NO INÍCIO E NO FINAL DO PERÍODO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

Designação	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia bruta início período	Depreciações acumuladas início período	Perdas imparidade e início período	Quantia escriturada início período	Quantia bruta final período	Depreciações acumuladas final período	Perdas imparidade final período	Quantia escriturada final período
Terrenos e recursos naturais	17 790 741,81	0,00	0,00	17 790 741,81	17 790 741,81	0,00	0,00	17 790 741,81
Edifícios e outras construções	129 810 725,09	-56 437 281,51	0,00	73 373 443,58	131 682 761,34	-58 120 705,67	0,00	73 562 055,67
Equipamento básico	93 706 956,81	-89 227 991,01	0,00	4 478 965,80	96 716 788,02	-91 690 747,52	0,00	5 026 040,50
Equipamento de transporte	111 974,76	-110 802,42	0,00	1 172,34	116 353,52	-111 890,82	0,00	4 462,70
Equipamento administrativo	6 045 281,27	-5 820 018,30	0,00	225 262,97	6 138 035,52	-5 808 971,53	0,00	329 063,99
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	18 244 595,24	-17 648 829,28	0,00	595 765,96	18 522 791,13	-17 825 429,40	0,00	697 361,73
Ativos fixos tangíveis em curso	271 142,87	0,00	0,00	271 142,87	1 877 764,40	0,00	0,00	1 877 764,40
Outros ativos fixos tangíveis	265 981 417,85	-169 244 922,52	0,00	96 736 495,33	272 845 235,74	-173 557 744,94	0,00	99 287 490,80
Total	265 981 417,85	-169 244 922,52	0,00	96 736 495,33	272 845 235,74	-173 557 744,94	0,00	99 287 490,80

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – RECONCILIAÇÃO DA QUANTIA ESCRITURADA NO INÍCIO E NO FIM DO PERÍODO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes variações:

Designação	Quantia escriturada inicial	Variação no Período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas entidade	Regularizações	Revalorizações	Reversões perda imparidade	Perdas imparidade	Depreciações do período	Diminuições	
Terrenos e recursos naturais	17 790 741,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17 790 741,81
Edifícios e outras construções	73 373 443,58	0,00	1 872 036,25	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 683 424,16	0,00	73 562 055,67
Equipamento básico	4 478 965,80	3 275 128,66	27 841,84	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 755 048,76	-846,84	5 026 040,50
Equipamento de transporte	1 172,34	4 378,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 088,40	0,00	4 462,70
Equipamento administrativo	225 262,97	149 413,27	9 840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54 641,62	-810,63	329 063,99
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	595 765,96	275 637,35	5 805,28	0,00	0,00	0,00	0,00	-179 767,06	-79,80	697 361,73
Ativos fixos tangíveis em curso	271 142,87	3 625 234,54	-1 918 673,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-99 939,84	1 877 764,40
Outros ativos fixos tangíveis	96 736 495,33	7 329 792,58	-3 150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 673 970,00	-101 677,11	99 287 490,80
Total	96 736 495,33	7 329 792,58	-3 150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 673 970,00	-101 677,11	99 287 490,80

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – ADIÇÕES

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes adições:

Designação	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência troca	Expropriação	Doação herança legado perdido favor est.	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão cisão reestruturação	Outras	Total
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	3 172 453,54	0,00	0,00	0,00	102 675,12	0,00	0,00	0,00	0,00	3 275 128,66
Equipamento de transporte	0,00	4 378,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 378,76
Equipamento administrativo	0,00	149 413,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	149 413,27
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	275 637,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	275 637,35
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	3 625 234,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 625 234,54
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	7 227 117,46	0,00	0,00	0,00	102 675,12	0,00	0,00	0,00	0,00	7 329 792,58
Total	0,00	7 227 117,46	0,00	0,00	0,00	102 675,12	0,00	0,00	0,00	0,00	7 329 792,58

As adições por compras registadas em 2023, no montante de 7 227 117,46 euros, tem a seguinte desagregação: (i) 3 172 453,54 euros são referentes à aquisição de equipamento afeto à investigação, (ii) 3 625 234,54 euros são referentes às obras em curso nos diversos edifício do IST, com maior relevância as obras de eficiência energética e recuperação das coberturas com a aplicação de painéis fotovoltaicos para a produção de energia e (iii) o restante valor foi gasto na aquisição de bens destinados ao uso corrente das atividades do IST.

Dos 7 227 117,46 euros de aquisições, 1 255 128,07€ correspondem às aquisições realizadas ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Em 2023 recebemos as seguintes doações:

1. Analisador de amostras doado pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada no valor de 50 000,00€;
2. Gamma Rey Portatil doado pela Agência Internacional Energia Atómica no valor de 22 675,12€;
3. Automated Scanning Electrode Technique doado pelo HKUST/Professor Emeritus Andrews L. Miller no valor de 30 000,00€.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – DIMINUIÇÕES

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram as diminuições que aparecem no quadro em baixo, sendo todas elas referentes a bens que foram abatidos, mas não estavam totalmente depreciados.

Designação	Diminuições / Cedência					Total
	Alienação Título Oneroso	Transferência troca	Devolução reversão	Fusão cisão reestruturação	Outras	
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	-196,12	-650,72	0,00	0,00	-846,84
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	-120,48	0,00	0,00	-690,15	-810,63
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	-79,80	0,00	0,00	0,00	-79,80
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	-99 939,84	-99 939,84
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	-396,40	-650,72	0,00	-100 629,99	-101 677,11
Total	0,00	-396,40	-650,72	0,00	-100 629,99	-101 677,11

9. – IMPARIDADE DE ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, encontram-se reconhecidas as seguintes imparidades:

Classe de ativos	Natureza do Ativo	31.12.2023		31.12.2022	
		Perda por Imparidade	Quantia recuperável	Perda por Imparidade	Quantia recuperável
Contas a receber de clientes	Ativo gerador de caixa	1 686 962,79	2 061 950,99	1 701 817,72	2 441 425,39
Contas a receber de alunos	Ativo gerador de caixa	1 870 595,46	7 532 667,31	1 600 663,74	7 300 708,93
		3 557 558,25	9 594 618,30	3 302 481,46	9 742 134,32

10. – INVENTÁRIOS

POLÍTICA CONTABILÍSTICA E MÉTODO DE CUSTEIO USADO

As políticas contabilísticas adotadas pelo IST para reconhecimento de inventários encontram-se divulgadas no ponto 2.2, alínea f) acima. O Instituto Superior Técnico adota o sistema do custo médio ponderado como fórmula de custeio dos seus inventários.

QUANTIA DE INVENTÁRIOS REGISTADA

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os inventários do Instituto Superior Técnico detalham-se conforme se segue:

Descrição	Inventário a 31.12.2022	Movimentos do Período		Inventário a 31.12.2023
		Compras	Consumos/gastos	
Mercadorias	86 233,91	114 394,51	125 344,91	75 283,51
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo				
Produtos Acabados e intermédios				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
Produtos e trabalhos em curso				
Total	86 233,91	114 394,51	125 344,91	75 283,51

13. – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS ADOTADOS

As políticas contabilísticas adotadas pelo IST para reconhecimento do rendimento encontram-se divulgadas no ponto 2.2, alínea k) acima.

QUANTIA DE CADA CATEGORIA DE RENDIMENTOS

As vendas, prestações de serviços e outros rendimentos, efetuados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, têm a seguinte decomposição:

	2023	2022
Vendas		
Mercadorias	5 503,91	8 241,95
Prod Alimentares e bebidas	1 769,70	1 307,60
Livros e documentação técnica	82 899,52	71 457,09
Publicações e impressos	34 677,55	40 553,62
Material de escritório	30 139,90	19 921,87
Devolução Vendas	(380,00)	-
	<u>154 610,58</u>	<u>141 482,13</u>
Prestações de serviços		
Serviços específicos do setor da educação	633 127,24	714 022,98
Serviços de saúde	366 523,70	350 201,77
Estudos pareceres projetos e consultadoria	274 552,68	518 791,25
Serviços laboratoriais	2 238 322,34	2 230 456,77
Aluguer equipamentos	153 944,10	219 508,57
Outros serviços prestados	4 380 770,10	3 345 600,88
	<u>8 047 240,16</u>	<u>7 378 582,22</u>
Outros rendimentos e ganhos		
Royalties	6 025,80	19 417,19
Sobras	64,65	0,68
Outros rendimentos suplementares	181 332,08	209 904,24
Sinistros	627,45	4 598,21
Outros rendimentos correntes	6 825,27	35 651,28
Correções anos anteriores	179 846,69	176 941,77
Imputação de subsídios e transferencias para investimento	2 279 731,09	2 064 622,00
Diferenças de câmbio favoráveis	-	8 993,64
Outros não especificados	1 341,79	113,53
	<u>2 655 794,82</u>	<u>2 520 242,54</u>
	<u>10 857 645,56</u>	<u>10 040 306,89</u>

Em termos gerais os rendimentos com contraprestação aumentaram em relação ao ano 2022, devido à recuperação dos custos de estrutura na rubrica outros serviços prestados, pela entidade IST-ID.

A rubrica de imputação de subsídios e transferências para investimento evidencia um acréscimo relacionado com o aumento do investimento subsidiado.

14. – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

14.1 DIVULGAÇÃO DAS CLASSES DE RENDIMENTOS SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Por seu lado, os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, têm a seguinte decomposição na demonstração:

	2023	2022
Taxas, multas e outras penalidades		
Emolumentos	1 069 395,31	978 580,82
Propinas 1º ciclo	4 473 370,03	4 196 792,58
Propinas 2º ciclo	2 809 010,20	3 146 678,99
Propinas 3º ciclo	2 347 148,72	2 248 562,44
Propinas Mestrado Integrado	1 547 967,66	1 772 587,03
Propinas outras	40 989,41	38 186,24
Propinas Pós-Graduação	34 965,78	91 341,66
Taxas de regulação	17 433,16	16 969,98
Seguro escolar	26 253,74	23 035,51
Outras taxas	1 185,58	928,86
Multas e penalidades	56 018,65	38 194,21
	<u>12 423 738,24</u>	<u>12 551 858,32</u>
Transferências e subsídios correntes obtidos		
Orçamento de Estado	64 240 164,00	61 176 474,00
Outras entidades financiadoras	18 729 246,31	14 342 194,43
	<u>82 969 410,31</u>	<u>75 518 668,43</u>
	<u>95 393 148,55</u>	<u>88 070 526,75</u>

O maior rendimento obtido por parte do Instituto Superior Técnico continua a ser as transferências obtidas, decorrentes do Orçamento de Estado, bem como, de projetos de investigação e de Protocolos celebrados com diversas entidades financiadoras. Em 2023 denota-se o aumento de cerca de 3 063 milhares de euros no OE e um aumento na atividade de investigação comunitária em cerca de 4 387 milhares de euros.

As transferências e subsídios correntes obtidos provenientes dos projetos de investigação são reconhecidas à medida que os projetos vão executando os gastos associados à investigação.

A rubrica de propinas teve um decréscimo nas propinas do 2º ciclo. Salienta-se o fato de o rendimento de propinas ser reconhecido apenas na parte correspondente ao ano letivo afeto ao ano civil 2023, ou seja, 8/12 do ano letivo 2022/2023 e 4/12 do ano letivo 2023/2024. Relativamente ao 3º ciclo o rendimento é reconhecido 6/12 no ano e 6/12 no ano seguinte.

15. – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

15.1 PROVISÕES

As políticas contabilísticas adotadas pelo IST para reconhecimento das provisões encontram-se divulgadas no ponto 2.2, alínea h) acima.

Durante o exercício de 2023 não se verificou a constituição de nenhuma provisão.

15.1 ATIVOS CONTINGENTES

Os valores a receber das entidades financiadoras referentes a montantes contratualizados, mas ainda não executados, configuram a natureza de ativos contingentes, no montante de 1 037 581,60€.

17. – ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 13 de março de 2024 pelo Conselho de Gestão do Instituto Superior Técnico.

Conforme NCP 17, quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data fecho, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço, com uma natureza e dimensão material, são descritos nesta nota.

18. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E BASES DE MENSURAÇÃO

As políticas contabilísticas adotadas pelo IST para reconhecimento dos instrumentos financeiros encontram-se divulgadas no ponto 2.2, alínea g) acima.

18.2 QUANTIA ESCRITURADA DOS ATIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as categorias de ativos e passivos financeiros estão detalhadas conforme se segue.

Natureza	31.12.2023			31.12.2022		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
ATIVOS FINANCEIROS						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa	89 253,93		89 253,93	78 701,73		78 701,73
Depósitos Bancários	22 450 237,00		22 450 237,00	17 201 682,90		17 201 682,90
	<u>22 539 490,93</u>	<u>-</u>	<u>22 539 490,93</u>	<u>17 280 384,63</u>	<u>-</u>	<u>17 280 384,63</u>
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado						
Ativos não correntes						
Participações financeiras (ao custo)	155 987,98		155 987,98	155 987,98		155 987,98
	<u>155 987,98</u>	<u>-</u>	<u>155 987,98</u>	<u>155 987,98</u>	<u>-</u>	<u>155 987,98</u>
Ativos correntes						
Clientes c/c	3 748 913,78	(1 686 962,79)	2 061 950,99	4 143 243,11	(1 701 817,72)	2 441 425,39
	<u>3 748 913,78</u>	<u>(1 686 962,79)</u>	<u>2 061 950,99</u>	<u>4 143 243,11</u>	<u>(1 701 817,72)</u>	<u>2 441 425,39</u>
PASSIVOS FINANCEIROS						
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Passivos correntes						
Fornecedores c/c	1 052 441,90		1 052 441,90	502 399,59		502 399,59
Fornecedores de investimentos c/c	305 222,99		305 222,99	358 174,68		358 174,68
	<u>1 357 664,89</u>	<u>-</u>	<u>1 357 664,89</u>	<u>860 574,27</u>	<u>-</u>	<u>860 574,27</u>

19. – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

19.1 BENEFÍCIOS DEFINIDOS

POLÍTICA CONTABILÍSTICA

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo conselho de gestão.

Todo o pessoal ao serviço do Instituto Superior Técnico foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o princípio do acréscimo.

22. – INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

PARTES DE CAPITAL EM ENTIDADES PARTICIPADAS

Em 31 de dezembro de 2023, o valor das participações em entidades participadas apresenta-se como segue:

Entidade Participada	Sede	Participação detida		Balço da Entidade Participada 31.12.2023	
		%	Valor	Capital próprio	Resultado líquido
TAGUS PARK	Oeiras	12,64% *	8 278 940,43	65 497 946,52	1 004 923,82
INESC	Lisboa	33,00%	5 165 820,00	15 654 000,00	1 803 251,00
C5LAB	Lisboa	20,00%	169 709,91	848 549,59	306 838,04
INESC-ID	Lisboa	51,00%	790 941,20	1 550 865,00	101 933,00
FUNDEC	Lisboa	5,95%*	16 381,93	275 216,48	25 967,48
IST ID	Lisboa	50,00%	6 812 794,29	8 225 588,57	718 988,36
			<u>21 234 587,76</u>		
LISPOLIS	Lisboa	7,30%	87 500,00		
FUND PORTUGAL					
AFRICA	Porto	0,04%	4 987,98		
OPEN	Lisboa	0,01%	5 000,00		
LOGICA E.M.	Moura	5,00%	5 000,00		
CENTROHABITAT	Tamengos		1 000,00		
POOL NET	Marinha Grande	1,35%	500,00		
	Eindhoven, Países				
KIC INNOENERGY SE	Baixos		10 000,00		
NET4CO2	Lisboa		3 000,00		
BIOREF LAB COL	Lisboa		5 500,00		
SMART ENERGY LA	Lisboa		6 000,00		
BUILT COLAB	Porto		12 500,00		
VGAMA COLAB	Porto		10 000,00		
Colab HYlab	Sines		5 000,00		
			<u>155 987,98</u>		
			<u>21 390 575,74</u>		

* Apesar da participação do capital ser inferior a 20%, o IST detém o controlo de gestão

Este quadro subdivide-se em dois: (i) o primeiro subtotal, no valor de 21 234 587,76 euros, corresponde às participações detidas pelo IST que, pelo facto de este deter controlo e/ou influência significativa, estão valorizados pelo método de equivalência patrimonial (MEP); (ii) o segundo subtotal, no montante de 155 987,98 euros, correspondem às participações valorizadas ao custo.

23. - OUTRAS DIVULGAÇÕES

23.1 AVALES E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2023, o Instituto Superior Técnico detinha as seguintes garantias prestadas a terceiros:

Tipo de garantia	Saldo inicial 01.01.2023	Concedidas no ano	Canceladas no ano	Saldo final 31.12.2023
Avales internos				-
Avales externos				-
Garantias reais				-
Outras garantias	43 585,58			43 585,58
	<u>43 585,58</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>43 585,58</u>

23.2 MOVIMENTO OCORRIDO NAS RUBRICAS DE FUNDO PATRIMONIAL

O movimento ocorrido nas rubricas de fundo patrimonial durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi o seguinte:

Designação	Fundo Patrimonial					Saldo final 31.12.2023
	Saldo Inicial 01.01.2023	Regularizações	Aumentos	Diminuições	Aplicação de Resultado	
Património	22 464 530,10					22 464 530,10
Reservas	1 835 576,26					1 835 576,26
Resultados transitados de períodos anteriores	27 849 793,67				3 863 001,64	31 712 795,31
Resultados transitados Regularizações	(2 470 897,47)		4 378,76			(2 466 518,71)
Ajustamentos em partes de capital	12 089 564,35		341 378,99	(29 653,54)		12 401 289,80
Subsídios para aquisição de ativos depreciables	54 185 103,59		1 394 770,14	(2 279 731,09)		53 300 142,64
Doações obtidas	3 518 612,46		152 675,12	(50 000,00)		3 621 287,58
Doações concedidas	(3 185 293,75)					(3 185 293,75)
Resultado líquido do exercício	3 863 001,64		3 458 716,99		(3 863 001,64)	3 458 716,99
	120 149 990,85	-	5 351 920,00	(2 359 384,63)	-	123 142 526,22

O resultado líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no valor positivo de 3 863 001,64 euros, foi transferido para a rubrica de Resultados transitados de períodos anteriores.

A diminuição evidenciada na rubrica de Subsídios para aquisição de ativos depreciables decorre da compensação da parte de depreciações e amortizações do exercício.

23.3 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Estado e outros entes públicos decompõem-se como segue:

Designação	31.12.2023	31.12.2022
Saldos devedores		
Imposto sobre o valor acrescentado	289 124,27	99 754,80
	<u>289 124,27</u>	<u>99 754,80</u>
Saldos credores		
Retenções de impostos sobre rendimentos	(10 420,51)	(5 890,73)
Imposto sobre o valor acrescentado	266 819,92	245 324,81
Contribuições para a Segurança social/ CGA/ADSE	541 478,98	491 760,05
Restantes impostos	71,05	71,05
	<u>797 949,44</u>	<u>731 265,18</u>

Na rubrica Imposto sobre o valor acrescentado, nos saldos devedores, estão refletidos os apuramentos de imposto restituível, nas aquisições de equipamento, instrumentos e reagentes adquiridos no âmbito da sua atividade de investigação e desenvolvimento, ao abrigo da Lei de Orçamento de Estado de 2023.

Na rubrica Retenções de imposto sobre o rendimento só tem refletidas as retenções de trabalho independente, pois foi efetuado o pagamento das retenções de trabalho dependente de dezembro de 2023 ainda antes do final do ano.

Na rubrica contribuições para a Segurança social/CGA/CGA, só reflete o montante de dezembro de 2023 da segurança social pago em janeiro do ano seguinte.

23.4 OUTRAS CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de Outras contas a receber e de Outras contas a pagar decompõem-se como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Outras contas a receber		
Adiantamentos a Fornecedores	29 578,78	27 865,54
Adiantamentos ao Pessoal	5 138,72	5 138,72
Adiantamentos a Fornecedores de investimento	72 892,16	5 434,94
Devedores por acréscimos de rendimentos	1 732 208,09	838 276,79
Outros devedores	-	-
Perdas por imparidade acumuladas - Devedores	-	-
Cauções - entregues a terceiros	45 916,26	45 472,47
	<u>1 885 734,01</u>	<u>922 188,46</u>
Outras contas a pagar		
Outros credores por transferências	8 862 077,92	10 125 132,68
Remunerações a pagar ao Pessoal	(46 534,43)	(50 551,31)
Devedores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	10 243 086,83	10 219 211,91
Outros acréscimos de gastos	437 367,39	264 422,10
Outros credores	(112 087,81)	(182 314,06)
Cauções - recebidas de terceiros	451 945,52	335 807,88
	<u>19 835 855,42</u>	<u>20 711 709,20</u>

Devido à reexpressão das contas de 2022, verifica-se uma diminuição nas Outras contas a pagar devido ao reconhecimento em outros credores por transferências dos montantes adiantados das entidades financiadoras e não executados.

23.5 DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de Diferimentos ativos e passivos decompõem-se como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Gastos a reconhecer		
Outros gastos a reconhecer	53 982,08	82 699,67
	<u>53 982,08</u>	<u>82 699,67</u>
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios obtidos	55 706,34	55 706,47
Propinas	6 829 903,45	6 920 220,49
Outros rendimentos a reconhecer	68 694,34	24 450,55
	<u>6 954 304,13</u>	<u>7 000 377,51</u>

Devido à reexpressão das contas de 2022, verifica-se uma diminuição dos rendimentos a reconhecer dos projetos de investigação devido à correção de orçamento não executado em 64 898 689,40€.

23.6 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica Fornecimento e serviços externos decompõe-se como segue:

	2023	2022
Subcontratos e concessões de serviços	458 036,74	316 040,95
Serviços especializados	5 184 018,86	4 719 723,88
Materiais de consumo	1 739 826,27	1 283 312,92
Energia e fluídos	4 145 187,13	2 188 097,37
Deslocações, estadas e transportes	985 852,88	889 697,21
Serviços diversos	2 874 136,10	2 897 092,35
	<u>15 387 057,98</u>	<u>12 293 964,68</u>

Verificou-se um aumento dos gastos, nos serviços especializados relativos a serviços informáticos e de conservação e reparação. Verificou-se ainda o aumento extraordinário da energia.

23.7 GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica gastos com o pessoal decompõe-se como segue:

	2023	2022
Remunerações certas e permanentes	61 206 887,20	59 381 494,43
Indemnizações	72 719,01	111 314,28
Encargos Sociais	13 532 026,34	13 041 906,47
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	5 580,89	10 176,67
Gastos de ação social	41 900,04	40 086,97
Outros encargos sociais	505 768,96	560 864,12
	<u>75 364 882,44</u>	<u>73 145 842,94</u>

Lisboa, 13 de março de 2024


O Contabilista Público


O Conselho de Gestão


Rita Martins

Francisco Mota

Susana Pereira

Paulo Almeida

Maria Gomes